



DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Simulado Especial**

**DPE SP**

**Analista de Defensoria  
Pós-Edital**

# Simulado

Simulado Especial DPE-SP (Analista de Defensoria)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista de Defensoria do DPE-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/rUw18LcPsLHUmNiY8>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/ShJX>

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

**01.** Ele fez, antes que todos solicitassem, a transferência de titularidade. No contexto em que se insere, a oração sublinhada expressa ideia de:

- a) finalidade.
- b) tempo.
- c) condição.
- d) concessão.
- e) proporcionalidade.

**02.** Considerando o período em que ocorre, o termo “que” é utilizado como conjunção em:

- a) Todos desejavam que as férias fossem antecipadas.
- b) Todos sabiam da tragédia que aconteceu comigo até o dia de minha partida.
- c) Amo a cidade em que vivo há mais de cinquenta anos.
- d) Saudade dos desenhos que povoaram minha infância e adolescência.
- e) Não me esquecerei de cenas que presenciei ou ouvi.

**03.** Uma pontuação adequada ao trecho está em:

- a) Os funcionários queriam que o novo calendário, aprovado em reunião, fosse alterado.
- b) Os funcionários queriam, que o novo calendário, aprovado em reunião, fosse alterado.
- c) Os funcionários queriam que o novo calendário aprovado em reunião, fosse alterado.
- d) Os funcionários queriam que, o novo calendário, aprovado em reunião, fosse alterado.
- e) Os funcionários queriam que o novo calendário, aprovado em reunião fosse alterado.

**04.** Embora houvesse votos suficientes, o projeto foi colocado na gaveta.

A opção que substitui corretamente o conectivo destacado é:

- a) Porquanto
- b) Entretanto
- c) Visto que
- d) Portanto
- e) Conquanto

**05.** Tudo acontecerá no tempo certo; terei orgulho do caminho percorrido.

Alteradas para o pretérito imperfeito, as formas verbais sublinhadas na frase acima se apresentam, respectivamente, como:

- a) acontecera - tivera
- b) aconteceria - teria
- c) acontece - tenho
- d) acontecia - tinha
- e) aconteceu - tive

**06.** Observa-se o emprego de voz passiva em:

- a) Ele reservou o hotel para o próximo final de semana.
- b) O lenhador cortou a madeira.
- c) O objetivo foi estabelecido em reunião
- d) Júlia tomou o café da manhã logo cedo.
- e) Os estudantes fizeram a atividade de casa.

**07.** Em “O tempo é ouro” ocorre:

- a) Antítese
- b) Metáfora
- c) Comparação
- d) Eufemismo
- e) Hipérbole

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

**08.** Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta a respeito da possibilidade de brasileiro nato cumprir pena imposta por Estado estrangeiro no Brasil.

- a) A homologação de sentença penal estrangeira para transferência da execução da pena viola o princípio da dignidade da pessoa humana, pois submete o condenado a uma decisão estrangeira sem o devido processo legal no Brasil.
- b) O art. 5º, LI, da Constituição Federal, impede qualquer forma de cooperação internacional em matéria penal envolvendo brasileiros natos, incluindo a transferência da execução de pena.
- c) A transferência da execução de pena não infringe o núcleo dos direitos fundamentais à vedação de extradição de brasileiros natos, uma vez que o cumprimento da pena ocorre no território nacional, respeitando a soberania brasileira.
- d) O princípio do *non bis in idem* impede a homologação de sentenças penais estrangeiras, independentemente da existência de tratado internacional de cooperação penal.
- e) O Brasil só poderá homologar sentenças penais estrangeiras se o crime cometido tiver natureza transnacional, o que não se aplica a crimes comuns praticados por brasileiros no exterior.

**09.** Sobre o papel das escolas no combate às discriminações por gênero e orientação sexual, com base no entendimento do STF, julgue os itens a seguir.

- I. O STF reconheceu o dever constitucional das escolas públicas e particulares de coibir discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.
- II. O direito à educação deve ser interpretado de forma restrita, limitando-se a garantir o acesso ao ensino formal, sem incluir políticas de combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero.
- III. A decisão do STF destacou que o Estado tem o dever de agir positivamente para implementar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual no ambiente educacional.
- IV. A omissão da menção expressa ao combate à homotransfobia no Plano Nacional de Educação não afasta a obrigação das instituições de ensino de adotarem medidas contra a discriminação, pois essa proteção decorre diretamente da Constituição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

- 10.** Sobre a proteção dos direitos da população LGBTQIAPN+, nos termos da ADPF 462, a respeito de norma municipal que veda expressões relativas a identidade, ideologia ou orientação de gênero nos currículos escolares da rede pública local, assinale a alternativa.
- a) O STF considerou constitucional a proibição da utilização dos termos “identidade de gênero” e “orientação de gênero” nas diretrizes curriculares municipais, por entender que compete aos municípios definir o conteúdo programático das escolas de sua rede de ensino.
  - b) O STF declarou a inconstitucionalidade da norma municipal por entender que ela viola a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, além de ofender os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.
  - c) O STF entendeu que a proibição de termos relacionados à identidade de gênero em documentos educacionais municipais visa proteger o direito dos pais de escolherem o conteúdo pedagógico a que seus filhos serão expostos, sendo, portanto, constitucional.
  - d) O STF decidiu que os municípios podem legislar sobre diretrizes curriculares de forma suplementar, desde que não haja conflito com normas estaduais, mesmo que haja restrição ao uso de termos ligados à diversidade de gênero.
  - e) O STF considerou que a vedação da discussão sobre identidade de gênero nas escolas não configura censura, mas sim uma forma legítima de preservar a neutralidade ideológica no ambiente escolar.
- 11.** A Assembleia Constituinte foi instalada em 10 de fevereiro de 1987, composta de 559 membros, com representantes de vários partidos. Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a atual Constituição brasileira, após um período antidemocrático que perdurou de 1964 até 1985. Sobre a Constituição de 1988, é INCORRETO afirmar que:
- a) Foi a primeira do Brasil a se preocupar com as questões ambientais, de forma a obrigar o Estado a proteger a fauna e a flora e a controlar a produção e o comércio de produtos tóxicos.
  - b) Ampliou o rol de direitos e garantias fundamentais.
  - c) O Mandado de Injunção foi instituído, para tornar aplicável norma constitucional não regulamentada pelo legislador ordinário.
  - d) O sistema de freios e contrapesos foi instituído. O meio de ingresso ao serviço público passou a ser o concurso público. A eleição para chefes de Executivo passou a ser direta.
  - e) Somente após o regime militar, a Constituição brasileira passou a prever um sistema de garantia de direitos individuais e coletivos.
- 12.** Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.
- a) Os processos de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança e mandado de injunção têm procedimentos especiais. A ação popular, por sua vez, tem rito comum.
  - b) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive o *habeas corpus*.
  - c) Das ações constitucionais, as únicas que dispensam advogado é o *habeas corpus* e a ação popular.
  - d) São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção e ação popular.
  - e) Todas as ações constitucionais admitem a modalidade preventiva.

- 13.** Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o entendimento do STF, assinale a alternativa INCORRETA.
- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja autorização da autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
  - b) O estrangeiro, mesmo aquele sem domicílio no Brasil, tem direito a todas as prerrogativas básicas que lhe assegurem a preservação do *status libertatis* e a observância, pelo poder público, da cláusula constitucional do *due process*.
  - c) Os estrangeiros residentes no país, uma vez atendidos os requisitos constitucionais, são beneficiários da assistência social, fazendo jus ao denominado benefício de prestação continuada (BPC).
  - d) É legítima e não ofende o direito à vida nem, tampouco, a dignidade da pessoa humana a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias, obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados nesse procedimento.
  - e) É legítima a previsão de limites de idade em concursos públicos, quando justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- 14.** Sobre a organização político-administrativa do Estado, assinale a alternativa correta:
- a) As federações podem ser formadas por agregação ou por segregação. No Brasil, o federalismo é formado por agregação.
  - b) A auto-organização dos Estados-membros manifesta-se por meio da elaboração de suas Constituições, fruto do exercício do Poder Constituinte Derivado Reformador e da atuação de suas Assembleias Legislativas.
  - c) No Brasil, os Estados organizam-se sob a forma de federação em decorrência de razões geográficas e culturais. Pode-se afirmar que uma federação deve possuir repartição constitucional de competências, indissolubilidade do vínculo federativo, nacionalidade única e rigidez constitucional.
  - d) O Distrito Federal é ente federado autônomo e, como tal, dispõe de auto-organização, autoadministração, autolegislação e autogoverno. A auto-organização do Distrito Federal manifesta-se por meio de Constituição Distrital.
  - e) Os Municípios possuem Poder Judiciário.
- 15.** O Deputado Estadual Guilherme propôs o PL 11/2023 que previa a reserva de vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar. O referido projeto foi aprovado e promulgado pelo Governador de Estado e convertido na Lei nº 2.901/2023. A Lei em questão foi contestada perante o Supremo por meio de ADI.
- Com base na jurisprudência do STF, a referida lei deve ser declarada:
- a) Constitucional, material e formalmente.
  - b) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por vício de iniciativa.
  - c) Inconstitucional, materialmente, por afrontar a Constituição, mas constitucional formalmente.
  - d) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por usurpar competência da União.
  - e) Inconstitucional, formal e materialmente.

16. O Alfa julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município Gama, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- e) Controle de Constitucionalidade de norma municipal, da competência do Supremo Tribunal Federal, só pode ser feito pela via incidental.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

*Fabiano Pereira*

17. Em relação aos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- a) A remoção de um servidor público de sua lotação original, com finalidade punitiva, caracteriza abuso de poder;
- b) O poder regulamentar é uma prerrogativa de todos os órgãos da administração para complementar as leis e viabilizar sua aplicação efetiva, sem, no entanto, inovar a ordem jurídica;
- c) No exercício do poder hierárquico, o subordinado deve obedecer a todas as ordens expedidas por seu superior;

- d) O poder disciplinar não se estende a particulares que possuam algum vínculo jurídico com a administração pública;
- e) O atributo da discricionariedade não se aplica ao poder de polícia.

18. A pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade exclusivamente administrativa e sem caráter econômico, é denominada:

- a) organização social;
- b) fundação;
- c) sociedade de economia mista;
- d) autarquia;
- e) empresa pública.

19. A respeito da anulação e da revogação de atos jurídicos, assinale a opção correta.

- a) A anulação de um ato administrativo produz efeitos *ex nunc*, ou seja, efeitos prospectivos;
- b) A revogação de um ato administrativo gera efeitos *ex tunc*, ou seja, efeitos retroativos;
- c) No exercício de sua função jurisdicional, o Poder Judiciário pode anular um ato administrativo de ofício ou mediante provocação;
- d) A administração pública tem a prerrogativa de anular seus próprios atos quando houver vícios que os tornem ilegais;
- e) A revogação integral de um ato administrativo é denominada derrogação.

**20.** Sobre as hipóteses de dispensa, inexigibilidade e vedação de licitação pública, assinale a alternativa correta com base na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

- a) O modo de disputa aberto pode ser utilizado quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço;
- b) A compra de peças necessárias para a manutenção de um sistema de bombeamento, adquiridas do fornecedor original durante o período de garantia técnica, caso a exclusividade seja indispensável para a manutenção da garantia, não caracteriza dispensa de licitação pública.
- c) A aquisição ou locação de imóvel cuja escolha seja necessária devido às suas características de instalações e localização configura hipótese de dispensa de licitação pública.
- d) A contratação de serviços para manutenção de veículos automotores pertencentes a uma organização pública, no valor de R\$ 8.000,00, está dispensada de licitação.
- e) A contratação de pareceres e perícias como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização, deve obrigatoriamente ocorrer por meio de licitação pública.

**21.** Constitui circunstância atenuante da responsabilidade civil do Estado:

- a) Culpa de terceiros;
- b) Caso fortuito do agente público;
- c) Culpa concorrente da vítima;
- d) Força maior;
- e) Culpa exclusiva da vítima.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Fernando Maurício*

**22.** Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Compete aos Estados e ao Distrito Federal a instituição da contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- III-) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

**23.** Conforme dispõe o Constituição Federal, com redação dada pela EC 132/2023 (Reforma Tributária), são características do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, **exceto**:

- a) Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- b) Incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- c) Não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- d) Será instituído por meio de Lei Complementar Federal.
- e) Terá suas alíquotas fixadas por meio de Lei Complementar Federal.

**24.** Um partido político alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a entidade financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas aos partidos políticos.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que os partidos políticos são isentos do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e o partido político, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que o partido político não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

**25.** Com relação à CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, inserida na Constituição Federal pela Reforma Tributária, julgue os itens a seguir:

- I-) A CBS poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.
- II-) A CBS integrará sua própria base de cálculo.
- III-) Lei complementar disporá sobre regime específico de tributação da CBS para combustíveis e lubrificantes, em que o tributo incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

**DIREITOS HUMANOS***Géssica Ehle*

**26.** O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é um sistema regional que protege os direitos humanos na América. Criado em 1948, com a assinatura da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), o sistema é composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

- a) A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é uma instituição judicial subordinada ao Sistema Global (ONU), cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana – Pacto San José da Costa Rica.
- b) A função principal da Comissão é a de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e servir como órgão para consultas gerais no âmbito da Organização dos Estados Americanos.
- c) O dever de investigar violações a direitos humanos constituiu medida negativa a ser adotada pelos Estados-Partes do Sistema Interamericano do Direitos Humanos.
- d) Para os efeitos da Convenção, pessoa é todo ser humano, mas a mesma não reconhece a todas as pessoas o direito à personalidade jurídica.
- e) A corte é composta por sete Juízes e Juízas, nacionais de países de todos os continentes.

**27.** O Brasil ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos no ano de 1992 e reconheceu a competência jurisdicional contenciosa da Corte IDH para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998, contar desse marco, a responsabilidade internacional do Estado Brasileiro por violações de direitos protegidos pela Convenção Interamericana foi apreciada pela Corte Interamericana em sentenças referentes a doze casos contenciosos. Dentre eles, exceto:

- a) Caso Nogueira de Carvalho e Outro Vs. Brasil
- b) Caso Povo Indígena Xucuru e seus membros Vs. Brasil
- c) Caso Herzog e outros Vs. Brasil
- d) Caso Honorato e outros Vs. Brasil
- e) Caso Pérez Lucas e outros Vs. Brasil

**28.** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais quando aprovados:

- a) no Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- b) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) na Câmara dos Deputados, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- e) em cada Casa do Congresso Nacional, em um turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

**29.** Para assegurar o cumprimento das obrigações derivadas de tratados internacionais dos quais o Brasil seja signatário, nos casos em que houver grave violação de Direitos Humanos, pode-se levantar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal,

- a) em qualquer fase do inquérito ou processo, ao Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República pelo Advogado-Geral da União ou pelo Presidente do Congresso Nacional.
- b) apenas na fase postulatória, ao Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República ou pelo Advogado-Geral da União.
- c) em qualquer fase do inquérito ou processo, ao Superior Tribunal de Justiça pelo Procurador-Geral da República.
- d) em qualquer fase do inquérito ou processo, Superior Tribunal de Justiça pelo Procurador-Geral da República ou pelo Advogado-Geral da União.
- e) apenas na fase postulatória, ao Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República.

**30.** Considerando as seguintes assertivas:

- I. A discriminação que a mulher sofre em determinados âmbitos pressupõe um obstáculo no acesso à justiça, que se vê agravado naqueles casos nos quais concorra alguma outra causa de vulnerabilidade.
- II. Considera-se privação de liberdade a que foi ordenada pela autoridade pública, quer seja por motivo da investigação de um delito, pelo cumprimento de uma condenação penal, por doença mental ou por qualquer outro motivo.
- III. Considera-se violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no seu gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado, mediante o emprego da violência física ou psíquica.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.

b) I e II.

c) II e III.

d) Todas as assertivas.

e) Nenhuma das assertivas.

**31.** Considerando o Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (PIDCP), é correto afirmar que:

- a) Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se em garantir que toda pessoa, cujos direitos e liberdades reconhecidos no presente Pacto tenham sido violados, possa dispor de um recurso efetivo, exceto que a violência tenha sido perpetrada por pessoas que agiam no exercício de funções oficiais.
- b) Qualquer condenado à morte terá o direito de pedir indulto ou comutação da pena. A anistia, o indulto ou a comutação da pena poderão ser concedidos apenas nos casos previstos na legislação dos Estados.
- c) Toda pessoa acusada de um delito terá direito, em plena igualdade, a, pelo menos, ser julgado sem dilações indevidas.
- d) Ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida pública, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais às suas honra e reputação.
- e) Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão, excetuando a liberdade de difundir informações e ideias independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito.

**32.** Os Direitos Humanos seja a sua natureza civil, política, econômica, social ou cultural, são todos inerentes à toda pessoa humana, possuindo assim, o mesmo valor como direitos, inexistindo assim grupos de direitos a serem assegurados, em detrimento de outros. Trata-se do princípio:

- a) Universalidade
- b) Essencialidade
- c) Inviolabilidade
- d) Indivisibilidade
- e) Complementaridade

**33.** No que se refere ao Direito à Saúde, o Protocolo de São Salvador, Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais afirma:

- a) Toda pessoa tem direito à saúde, compreendendo-se como saúde o gozo do mais alto nível de bem-estar físico, mental e social.
- b) A fim de tornar efetivo o direito à saúde, os Estados-Partes comprometem-se a reconhecer a saúde como bem público cabendo adotar assistência primária a saúde, entendendo-se como tal a assistência médica essencial ao alcance de idosos e crianças.
- c) Os Estados-Partes devem garantir parcial imunização contra as principais doenças infecciosas.
- d) Os Estados-Partes devem garantir satisfação das necessidades de saúde dos grupos de mais alto risco, independente do seu grau de vulnerabilidade.
- e) Aos Estados-Partes cabe a educação apenas aos grupos vulneráveis com referência à prevenção e ao tratamento dos problemas da saúde.

**34.** O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, de acordo com a Lei nº 12.847/2013. Sobre esse órgão julgue as seguintes assertivas:

- a) Será composto por quinze especialistas independentes (peritos), que terão acesso às instalações de privação de liberdade, como centros de detenção, estabelecimento penal, hospital psiquiátrico, abrigo de pessoa idosa, instituição socioeducativa ou centro militar de detenção disciplinar.
- b) Se constatadas violações ao MNPCT, os peritos elaborarão relatórios com recomendações às demais autoridades competentes, que poderão usá-los para adotar as devidas providências.
- c) Sua instituição atende a compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro em 2007 com a ratificação do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos – ONU.
- d) O sistema conta ainda com um Comitê Nacional de Combate à Tortura composto por 25 (vinte e cinco) membros, escolhidos e designados pelo Congresso Nacional, sendo 13 (treze) representantes de órgãos do Poder Executivo federal e 12 (doze) de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil.
- e) O relatório elaborado por peritos com recomendações às demais autoridades competentes sobre as violações ao MNPCT possui caráter prévio.

**DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE***Lilian Novakoski*

**35.** Conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, é correto afirmar que:

- a) É adolescente aquele que possui 12 anos até completar 18 anos.
- b) As crianças gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- c) A garantia de prioridade compreende a criança e adolescente compreende a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, salvo situações expressas em lei.
- d) Na interpretação do ECA levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem individual, os direitos e deveres da família, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- e) O ECA inovou por prever a proteção integral da criança e adolescente em situação irregular.

**36.** Com base na Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- ( ) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- ( ) A Internação antes da sentença poderá ocorrer por no máximo 90 dias

( ) São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias processuais: a de defesa técnica por advogado e ser ouvido por autoridade competente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, F, V
- b) F, V, V, F
- c) V, F, F, V
- d) F, V, V, F
- e) V, F, V, F

**37.** As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, devendo as entidades que desenvolvem programas de internação observar as seguintes obrigações, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I- observar os direitos e garantias de que são titulares as crianças e adolescentes.
- II- oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal.
- III- proceder a estudo social e pessoal de cada caso
- IV- reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de três meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente.

Estão corretas as assertivas

- a) I e II
- b) II, III e IV
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) Todas estão corretas

**38.** Luciana tem 10 anos de idade e vive com sua mãe, Fátima, na cidade de Fortaleza. O pai de Luciana, Geraldo, vivem em Belo Horizonte. Todos os anos, desde que seus pais se divorciaram Luciana passa férias com o pai na cidade de Belo Horizonte. Em janeiro de 2025, por causa do trabalho, Fátima não poderia levar a filha até o pai e, seu primo, Carlos, de 25 anos, se ofereceu para levar Luciana até o pai em Belo Horizonte. Conforme situação hipotética, de acordo com o ECA:

- a) Luciana poderá viajar de Fortaleza até Belo Horizonte, sem autorização judicial, na companhia de Carlos, pelo fato do parentesco e ser aquele maior de idade.
- b) Em nenhuma hipótese Luciana poderá viajar sem autorização judicial.
- c) Luciana só poderá viajar, sem autorização judicial, na companhia de ambos os pais.
- d) Luciana poderá viajar sozinha ao completar 12 anos de idade.
- e) Luciana somente poderá viajar sozinha, sem autorização judicial, quando completar 16 anos de idade.

**39.** Pablo, de 16 anos de idade, subtraiu para si um aparelho de telefone celular e dinheiro em espécie de uma idosa, Joana, em via pública, na cidade de São Paulo. Pablo realizou o ato mediante grave ameaça, com emprego de arma de fogo e violência, desferindo uma coronhada na cabeça da vítima. O menor foi levado à delegacia, pouco após o ato, e foram adotadas as medidas de praxe, inclusive sendo juntado documento informando que o adolescente já cometera outros três atos infracionais nas mesmas circunstâncias. Ao receber o procedimento e cumpridas as formalidades legais, o Promotor de Justiça da Infância e Juventude deverá:

- a) oferecer denúncia em face de Pablo e requerer sua prisão preventiva;
- b) oferecer denúncia em face de Pablo e requerer o relaxamento de sua prisão em flagrante;

- c) oferecer representação pela prática de ato infracional em face de Pablo e requerer sua prisão preventiva;
- d) oferecer representação pela prática de ato infracional em face de Pablo e requerer sua internação provisória;
- e) adverti-lhe

**40.** Joseino, 19 anos, gosta de ver fotos com cenas de sexo envolvendo crianças, mas nunca teve coragem de praticar nenhum ato libidinoso contra nenhum menor de idade. Ele armazena fotos em seu computador e, eventualmente adquire novas. Considerando tal situação, de acordo com o ECA:

- a) Somente olhar fotos e não praticar ato libidinoso com menor não é considerado crime.
- b) Joseino cometeu ato infracional
- c) Joseino cometeu crime previsto no ECA
- d) Joseino cometeu crime punível apenas com multa
- e) Somente a prática de ato libidinoso com criança e adolescente é previsto como crime

**41.** O direito a liberdade compreende, exceto:

- a) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- b) Opinião e Expressão
- c) Participar da vida política
- d) inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral
- e) crença e culto religioso

**42.** As audiências concentradas no contexto da infância e juventude têm como principal objetivo:

- a) Agilizar a tramitação dos processos judiciais, limitando a participação dos responsáveis legais da criança ou adolescente.
- b) Evitar a adoção de crianças e adolescentes, priorizando sua permanência em instituições de acolhimento.
- c) Garantir a revisão periódica das medidas protetivas aplicadas a crianças e adolescentes acolhidos, buscando soluções que priorizem o direito à convivência familiar e comunitária.
- d) Determinar a adoção compulsória de crianças e adolescentes que estejam há mais de um ano em acolhimento institucional.
- e) Aplicar medidas socioeducativas a adolescentes que tenham cometido atos infracionais, sem a necessidade de participação do Ministério Público.

**43.** No contexto do atendimento socioeducativo a adolescentes trans, a Política Nacional de Atenção às Pessoas Privadas de Liberdade estabelece que:

- a) Adolescentes trans devem ser automaticamente encaminhados para unidades de internação masculina, independentemente da identidade de gênero.
- b) A identidade de gênero declarada pelo adolescente deve ser respeitada, inclusive na definição da unidade em que será acolhido, salvo se houver risco à integridade física do próprio adolescente.
- c) Apenas adolescentes trans maiores de 16 anos podem solicitar o reconhecimento da identidade de gênero no atendimento socioeducativo.
- d) O uso do nome social é facultativo para adolescentes trans e depende de autorização judicial.
- e) Não é aplicável normas de identidade de gênero aos adolescentes

## **DIREITO PENAL**

*Priscila Silveira*

**44.** De acordo com a aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação da lei mais benigna.
- c) O tempo do crime adota a teoria da ubiquidade.
- d) Não é possível a ocorrência de abolitio criminis temporária no direito penal brasileiro.
- e) Aplica-se a teoria da ubiquidade nos crimes conexos.

**45.** Referente à exclusão da culpabilidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não excluem a imputabilidade penal a embriaguez, involuntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- b) A inimputabilidade do menor de 18 anos de idade é absoluta.
- c) Não excluem a imputabilidade penal a emoção ou a paixão.
- d) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- e) No crime de homicídio, o domínio de violenta emoção não é causa de inimputabilidade.

**46.** Acerca do que o Código Penal estabelece quanto ao concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- a) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, independentemente de serem elementares do crime.
- b) Se a participação for de menor importância, o juiz pode substituir a pena privativa de liberdade por pena de multa.
- c) No caso de concorrente que quis participar de crime menos grave, a pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua periculosidade.
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, em regra, são puníveis, salvo disposição expressa em contrário.

**47.** A respeito dos efeitos da condenação no Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- b) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 8 (oito) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- c) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima igual ou superior a 10 (dez) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

d) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima igual ou superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

e) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima igual ou superior a 8 (oito) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

**48.** Em relação aos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Nos crimes contra a honra, a pena é aumentada de metade quando praticados na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.
- b) No delito de violência psicológica contra a mulher, a pena é aumentada de 2/3 (dois terços) se cometido o delito com emprego de arma de fogo.
- c) No crime de perseguição, a pena é aumentada de metade se o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa.
- d) Para que fique caracterizado o crime de invasão de dispositivo informático, é imprescindível a violação de mecanismo de segurança.
- e) A lesão corporal é considerada gravíssima quando causa à vítima gestante a aceleração do parto.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL***Antônio Pequeno*

**49.** Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) são, em regra, de ação penal pública incondicionada. Caso o Ministério Público não a ajuíze no prazo legal, segundo expressa previsão da Lei, poderá ser intentada

- a) ação privada subsidiária da pública.
- b) reclamação judicial.
- c) ação popular.
- d) ação coletiva.
- e) notificação ao Ministério Público.

**50.** Nos termos da Lei nº 7.716/1989, se o crime de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, for praticado mediante concurso de duas ou mais pessoas, no tocante ao aumento da pena, a pena é aumentada

- a) de dois terços.
- b) de metade.
- c) de quarta parte.
- d) de um terço
- e) de um sexto

**51.** Considerando o crime de tortura, é correto afirmar que

- a) se cometido por agente público, não configura crime dessa natureza.
- b) deve ter sido cometido em território nacional para aplicação da lei pátria.
- c) é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- d) se resulta morte, constitui crime de homicídio.
- e) sua configuração não abrange a figura por omissão

**52.** Considera-se hediondo o crime de

- a) fraude eletrônica praticada contra pessoa idosa.
- b) roubo circunstanciado pelo emprego de arma.
- c) extorsão na forma simples ou qualificada.
- d) furto qualificado pelo emprego de explosivo.
- e) aborto provocado por gestante ou terceiro.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL***Renan Araujo*

**53.** Juliana foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Ricardo, no dia 11.05.2024. Juliana, porém, somente tomou conhecimento de que teria sido Ricardo o infrator no dia 18.09.2024. No dia 03.02.2025, Juliana ofereceu queixa-crime em desfavor de Ricardo, indicando o rito sumário como o cabível em razão da pena máxima cominada ao delito.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o Juiz deverá receber a queixa-crime e mandar citar o réu, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias.
- b) o Juiz deverá rejeitar a inicial, pois ultrapassado o prazo decadencial de 03 meses para o ajuizamento da queixa-crime.
- c) o Juiz deverá receber a queixa-crime e mandar citar o réu, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 15 dias.
- d) o Juiz deverá rejeitar a inicial, pois ultrapassado o prazo decadencial de 06 meses para o ajuizamento da queixa-crime.
- e) o Juiz deverá rejeitar a inicial, pois Juliana não tem legitimidade para ajuizar a queixa-crime.

**54.** Acerca da ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa-crime passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, sem ordem preferencial entre eles.
- b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- c) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração escrita, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial, vedada a representação meramente verbal.
- d) Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação penal privada, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.
- e) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á premissa a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 15 dias seguidos.

**55.** Vinícius praticou crime de prevaricação (detenção, de três meses a um ano, e multa), crime contra a administração pública e infração de menor potencial ofensivo. Consta que Vinícius, embora primário, já foi beneficiado há 07 anos com uma suspensão condicional do processo, em virtude de outra infração penal praticada. Nesse caso, acerca do acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:

- a) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, pois Vinícius já foi beneficiado anteriormente com suspensão condicional do processo.

b) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por se tratar de crime contra a administração pública.

c) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por ser cabível a transação penal na hipótese.

d) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, cabendo ao Ministério Público a homologação do acordo.

e) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, a ser proposto pelo delegado de polícia, e a aceitação caberá ao investigado e a seu defensor.

**56.** Júlio, residente e domiciliado em Campinas-SP, praticou crime de ação penal privada em desfavor de Maria, residente e domiciliada no município de São José dos Campos-SP. O crime, todavia, ocorreu na cidade de Londrina-PR, enquanto a vítima se encontrava viajando de férias com sua família.

Nesse caso, é correto afirmar que Maria, ao ajuizar queixa-crime:

a) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de Campinas-SP

b) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de Londrina-PR

c) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de São José dos Campos-SP

d) poderá ajuizar a ação perante o Juízo das comarcas de São José dos Campos-SP ou Londrina-PR.

e) poderá ajuizar a ação perante o Juízo das comarcas de Campinas-SP ou Londrina-PR, por se tratar de crime de ação penal privada

**57.** No que tange ao interrogatório do réu, é correto afirmar que:

- a) O réu possui direito ao silêncio, que não será considerado como confissão e nem poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- b) O silêncio, embora seja direito do réu e não constitua confissão, poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- c) O réu não possui direito ao silêncio, devendo responder as perguntas formuladas pelo Juiz, embora possa se recusar a responder as perguntas formuladas pelas partes.
- d) O réu possui direito ao silêncio, mas o Juiz poderá considerar a existência de confissão tácita.
- e) Não cabe ao Juiz informar ao réu a existência do direito ao silêncio, sendo essa uma incumbência do defensor do acusado.

**58.** Acerca das disposições referentes aos sujeitos do processo, analise os itens a seguir:

- I – O Juiz que for amigo íntimo de uma das partes será considerado impedido, não podendo exercer jurisdição no processo.
- II – O assistente de acusação será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.
- III – Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, até a prolação da sentença, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.
- IV – Dada a indispensabilidade da defesa técnica no processo penal, nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Nesse caso, está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, II e IV
- c) II e IV
- d) II e III
- e) I e IV

**59.** Raul está sendo investigado em inquérito policial pela suposta prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Nesse caso, é correto afirmar que a prisão preventiva:

- a) poderá ser decretada de ofício pelo Juiz, ainda que Raul seja primário.
- b) não poderá ser decretada, ainda que o infrator seja reincidente em crime doloso.
- c) poderá ser decretada, por representação da autoridade policial ou requerimento do MP, se presentes os demais requisitos e caso o infrator seja reincidente em crime doloso, sendo vedada sua decretação de ofício pelo Juiz.
- d) poderá ser decretada, desde que haja requerimento da vítima.
- e) não poderá ser decretada, por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa.

**60.** Nos processos que tramitam pelo rito do Júri, será cabível absolvição sumária quando:

- a) não houver prova suficiente acerca da materialidade do fato.
- b) não houver indícios suficientes de autoria ou participação do acusado no crime.
- c) houver prova acerca da inimputabilidade penal do agente por doença mental, mesmo que existam outras teses defensivas.
- d) houver indícios de que o fato foi praticado amparado por excludente de culpabilidade.
- e) restar comprovada a presença de causa de exclusão da ilicitude do fato, como a legítima defesa.

**61.** Acerca dos Juizados especiais criminais, assinale a alternativa correta:

- a) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por hora certa.
- b) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
- c) O acordo de composição dos danos civis, devidamente homologado, acarreta extinção da punibilidade.
- d) Em face da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
- e) No caso de reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, não serão aplicáveis os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

## DIREITO CIVIL

*Paulo Sousa*

**62.** O ordenamento jurídico é composto por um conjunto de normas interligadas que buscam organizar a convivência social, regular comportamentos e garantir a segurança jurídica. Considerando as noções de ordenamento jurídico, estrutura e função do Direito e o pluralismo jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) O pluralismo jurídico refere-se exclusivamente à coexistência de normas estatais com normas internacionais, sem considerar sistemas não estatais.
- b) O ordenamento jurídico é um sistema fechado, que não admite integração por princípios, analogia ou costumes, aplicando-se exclusivamente a legislação posta.
- c) O ordenamento jurídico brasileiro caracteriza-se pela coexistência e interação entre normas

estatais, internacionais e não estatais, como as consuetudinárias, refletindo o pluralismo jurídico.

- d) A estrutura do Direito não se relaciona com a função social das normas, pois as regras jurídicas são autônomas e independentes entre si, sem objetivos comuns.
- e) O conceito de sistemas no ordenamento jurídico brasileiro baseia-se em uma visão puramente positivista, afastando a consideração de valores axiológicos e sociais na interpretação normativa.

**63.** O conceito de pessoa natural no Direito Civil brasileiro está relacionado à personalidade e à capacidade, ambas fundamentais para a participação nas relações jurídicas. Considerando o disposto no CC/2002 e as teorias relacionadas à personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) O nascituro, segundo a teoria natalista predominante no Brasil, não possui personalidade jurídica, mas detém direitos de personalidade em razão de sua proteção constitucional.
- b) A capacidade de fato é atribuída automaticamente a toda pessoa natural com o nascimento com vida, sem qualquer limitação posterior.
- c) A Teoria Concepcionista, predominante no Brasil e adotada pelo CC/2002, sustenta que a personalidade civil inicia-se com a concepção, conferindo ao nascituro todos os direitos e deveres inerentes à pessoa natural.
- d) O conceito de concepturo refere-se a embriões implantados, que gozam dos mesmos direitos assegurados ao nascituro no ordenamento jurídico brasileiro.
- e) A teoria da personalidade condicionada reconhece a atribuição de direitos ao nascituro desde a concepção, condicionados, no entanto, ao nascimento com vida.

**64.** Com base nas etapas e nos conceitos da Teoria do Fato Jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) O fato jurídico, para ter relevância no ordenamento, deve obrigatoriamente possuir um elemento subjetivo relacionado à intenção do agente.
- b) O suporte fático de um fato jurídico deve necessariamente conter um elemento objetivo referente a bens da vida suscetíveis de apropriação.
- c) A eficácia de um fato jurídico corresponde à sua incidência na realidade fática, independentemente de sua juridicidade.
- d) A juridicização de um fato ocorre quando a norma jurídica incide sobre o suporte fático, conferindo-lhe relevância no mundo jurídico.
- e) A eficácia de uma norma jurídica é equivalente à sua efetividade social, sendo dispensável a aplicação prática pela autoridade competente.

**65.** Com base no instituto da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada automaticamente diante da existência de prejuízo ao credor, independentemente da demonstração de abuso da personalidade.
- b) A Teoria Menor da desconsideração, aplicada no âmbito do Código Civil, exige prova inequívoca de fraude ou confusão patrimonial para permitir o alcance do patrimônio pessoal dos sócios.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica inversa é utilizada para responsabilizar a pessoa jurídica por dívidas pessoais dos sócios, quando esta é utilizada para ocultar ou desviar bens.
- d) O STJ entende que o simples encerramento irregular das atividades empresariais, sem outros elementos, é suficiente para justificar a desconsideração da personalidade jurídica.
- e) É admitida a desconsideração da personalidade jurídica sempre que houver dificuldade na

satisfação do crédito, ainda que não seja constatado abuso da personalidade, em todos os casos.

**66.** Com base nos conceitos da teoria geral dos bens previstos no CC/2002, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens públicos de uso especial podem ser alienados livremente, independentemente de desafetação prévia.
- b) Os bens imóveis por acessão artificial são aqueles que, embora inicialmente móveis, aderem permanentemente ao solo, tornando-se imóveis.
- c) A cláusula de inalienabilidade imposta sobre um bem não impede a sua penhora, salvo se houver disposição expressa no ato de instituição.
- d) As pertenças, embora destinadas ao uso de um bem principal, mantêm sua autonomia e não seguem a sorte deste, ainda que haja disposição em contrário.
- e) Os bens incorpóreos, por não possuírem existência física, não são passíveis de alienação nem de proteção possessória.

**DIREITO EMPRESARIAL***Cadu Carrilho*

**67.** Quanto às sociedades limitadas, marque a correta:

- a) Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa.
- b) Na sociedade limitada, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.
- c) A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; cabendo ao conselho fiscal a designação dos administradores, quando for o caso;
- d) As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião ou em assembleia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato, sendo que a deliberação em reunião será obrigatória se o número dos sócios for superior a dez.
- e) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado e, pela lei, a administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

**68.** A operação envolvendo sociedades em que uma absorve a outra sociedade por completo e nessa situação assume também todos os direitos e obrigações dessa absorvida é o tipo chamado de:

- a) cisão
- b) incorporação
- c) fusão
- d) transformação
- e) liquidação

**69.** Não pode se beneficiar do tratamento jurídico aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar, desde que a receita bruta global não ultrapasse o limite legal;
- b) constituída sob a forma de cooperativas de consumo;
- c) constituída sob a forma de sociedade simples.
- d) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- e) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede em outro Estado.

**70.** Apesar de pouco usual, ainda há legislação tratando sobre o cheque. A respeito desse tipo de crédito e o que consta na legislação, marque a opção correta:

- a) O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque, a não ser que o banco homologue.
- b) O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a sobre eles emitir cheque, em virtude de contrato expresso ou tácito. A infração desses preceitos não prejudica a validade do título como cheque.
- c) O cheque admite aceite em situações excepcionais.
- d) Considera-se escrita no verso a estipulação de juros inserida no cheque.
- e) O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa "à ordem", é transmissível por via de endosso, o endosso pode ser condicional em alguns casos.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Ricardo Torques*

**71.** De acordo com as normas do Código de Processo Civil acerca das ações de família,

- a) O mandado de citação conterà apenas os dados necessários à audiência e deverá estar acompanhado de cópia da petição inicial.
- b) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data designada para a audiência.
- c) Na audiência, as partes poderão estar desacompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.
- d) Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, poderá estar acompanhado por especialista.
- e) O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.

**72.** As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Defensoria Pública,

- a) Serão pagas pelo Estado.
- b) São de responsabilidade do réu.
- c) Serão pagas ao final pelo vencido.
- d) Não precisam ser custeadas.
- e) Serão rateadas entre as partes.

**73.** Considerando os entendimentos dos tribunais superiores acerca da assistência jurídica e da Defensoria Pública, é correto afirmar que:

- a) Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença
- b) Admite-se o rateio dos honorários sucumbenciais entre os membros da Defensoria Pública, vedada sua destinação a fundo de aparelhamento da instituição.
- c) O Defensor Público, atuando em nome da Defensoria Pública, possui legitimidade para

impetrar mandado de segurança em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução.

- d) A intimação por aplicativo de mensagens não viola a prerrogativa da Defensoria Pública de intimação pessoal.
- e) Para possuir capacidade postulatória, exige-se do Defensor Público a inscrição nos quadros da OAB.

**74.** Entender a ação como um modo de exercício do direito material é uma das características da:

- a) Teoria imanentista da ação.
- b) Teoria concreta da ação.
- c) Teoria abstrata da ação.
- d) Teoria eclética da ação.
- e) Teoria da asserção.

**75.** De acordo com a lei 8.245/1991, o aluguel fixado na sentença da ação revisional de aluguel,

- a) Retroage à distribuição da ação.
- b) Retroage à citação.
- c) Não retroage, tendo seus efeitos a partir do trânsito em julgado.
- d) Retroage à data constante do contrato para a revisão.
- e) Retroage ao despacho de recebimento da inicial.

**76.** O membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável,

- a) quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- b) quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- c) apenas quando agir com fraude no exercício de suas funções.
- d) apenas quando agir com dolo no exercício de suas funções.
- e) apenas quando agir com culpa no exercício de suas funções.

**77.** É lícito ao exequente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, requerer que lhe sejam adjudicados os bens penhorados, exigindo-se a intimação do executado quando requerida a adjudicação. Segundo o Código de Processo Civil, quando representado pela Defensoria Pública, o executado será intimado do pedido:

- a) Por meio do Diário Eletrônico.
- b) Por meio de intimação pessoal da Defensoria Pública.
- c) Por qualquer meio idôneo que garanta a autenticidade da comunicação.
- d) Por carta com aviso de recebimento.
- e) Pelo Oficial de Justiça.

**78.** Considere seguintes hipóteses:

- I - Quando desconhecido o citando;
- II - Quando incerto o citando;
- III - Quando inacessível o lugar em que se encontra o citando;
- IV - Quando ignorado o lugar em que se encontra o citando.

São hipóteses previstas no Código de Processo Civil para a citação por edital, APENAS:

- a) III e IV.
- b) IV.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

**79.** Dentre as alternativas abaixo, assinale o procedimento que não poderá ser iniciado/ajuizado pela Defensoria Pública.

- a) Incidente de Resolução de demandas repetitivas.
- b) Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- c) Incidente de Assunção de Competência
- d) Procedimentos de jurisdição voluntária.
- e) Ação Civil Pública.

## **PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DPE SP**

*Tiago Zanolla*

**80.** A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, buscando atender à sua finalidade de tutela jurídica integral e gratuita dos necessitados, é procurada por um grupo de pequenos agricultores da zona rural do município Beta. Eles relatam que estão sendo prejudicados pela atuação de uma grande empresa agropecuária, que tem utilizado práticas desleais de concorrência e causado danos ambientais na região.

Diante da situação apresentada, e considerando os dispositivos legais e os princípios institucionais da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública do Estado não poderá atuar em defesa dos agricultores, pois a demanda envolve interesses coletivos, e a atuação da Defensoria se restringe à tutela de direitos individuais dos necessitados.
- b) A Defensoria Pública do Estado poderá atuar em defesa dos agricultores, tanto na esfera judicial quanto extrajudicial, com base em sua finalidade de tutela jurídica integral e gratuita, abrangendo tanto direitos individuais quanto coletivos dos necessitados.
- c) A Defensoria Pública do Estado somente poderá atuar em defesa dos agricultores se comprovar que eles se enquadram na definição legal de "necessitados", ou seja, se não possuírem condições financeiras para arcar com os custos de um advogado.
- d) A Defensoria Pública do Estado não poderá atuar em defesa dos agricultores, pois a demanda envolve questões agrárias, que não se encontram entre as áreas de atuação prioritária da instituição.
- e) A Defensoria Pública do Estado poderá atuar em defesa dos agricultores, desde que a atuação se limite à esfera extrajudicial, buscando a prevenção de conflitos e a solução consensual da demanda.

**81.** A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em sua gestão administrativa e financeira, necessita realizar diversas ações para o cumprimento de suas funções institucionais. Dentre elas, destacam-se:

- I. Aquisição de novos computadores e impressoras para as unidades de atendimento ao público, visando modernizar a infraestrutura e otimizar o trabalho dos Defensores Públicos e servidores.
- II. Elaboração e execução de concurso público para o provimento de cargos de Defensor Público, em virtude da crescente demanda por assistência jurídica gratuita em todo o estado.
- III. Celebração de contrato com uma empresa especializada em segurança privada para garantir a segurança dos prédios da Defensoria e de seus membros, em face de recentes ameaças e ataques.

Considerando o caso hipotético e as disposições da Lei Orgânica da Defensoria Pública, que trata de sua autonomia funcional e administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) As ações I, II e III dependem de prévia autorização do Poder Executivo estadual, uma vez que a Defensoria Pública está sujeita à subordinação hierárquica deste Poder.
- b) As ações I e III podem ser realizadas pela Defensoria Pública, com base em sua autonomia administrativa, enquanto a ação II depende de autorização do Poder Legislativo, por envolver a criação de cargos públicos.
- c) As ações I, II e III podem ser realizadas pela Defensoria Pública, com base em sua autonomia funcional e administrativa, que lhe permite praticar atos de gestão, gerir seu pessoal e adquirir bens e serviços necessários ao seu funcionamento.
- d) As ações I e II podem ser realizadas pela Defensoria Pública, com base em sua autonomia funcional e administrativa, enquanto a ação III depende de aprovação do Conselho Superior da Defensoria, por envolver despesas com segurança.
- e) As ações II e III podem ser realizadas pela Defensoria Pública, com base em sua autonomia funcional e administrativa, enquanto a ação I

depende de prévia aprovação da Assembleia Legislativa, por envolver a aquisição de bens patrimoniais.

- 82.** A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em sua gestão orçamentária para o exercício financeiro de 2024, elaborou sua proposta, levando em consideração o plano anual de atuação e os princípios institucionais que norteiam sua atuação. A proposta orçamentária foi devidamente encaminhada ao Poder Legislativo, conforme determina a Constituição Federal.

No entanto, durante a tramitação da proposta orçamentária na Assembleia Legislativa, surgem questionamentos sobre a legalidade de algumas despesas previstas, especialmente aquelas relacionadas à contratação de pessoal e à aquisição de equipamentos para as unidades de atendimento.

Diante desse cenário hipotético, e considerando as disposições da Lei Orgânica da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A Assembleia Legislativa poderá realizar alterações na proposta orçamentária da Defensoria Pública, desde que tais alterações sejam aprovadas por maioria absoluta de seus membros e não impliquem em redução de recursos destinados à instituição.
- b) A Assembleia Legislativa não possui competência para realizar alterações na proposta orçamentária da Defensoria Pública, uma vez que esta possui autonomia administrativa e financeira para gerir seus próprios recursos.
- c) A fiscalização da execução orçamentária da Defensoria Pública será exercida exclusivamente pelo Tribunal de Contas do Estado, que poderá, inclusive, suspender a realização de despesas consideradas irregulares.
- d) A Defensoria Pública deverá receber os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias em duodécimos, até o dia 20 de cada mês, sendo que eventual atraso no repasse dos recursos

poderá ensejar a responsabilização do Chefe do Poder Executivo.

- e) A proposta orçamentária da Defensoria Pública, após aprovada pela Assembleia Legislativa, será submetida à sanção do Governador do Estado, que poderá vetar dispositivos que considerem contrários ao interesse público ou à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**83.** A Defensoria Pública do Estado de São Paulo se prepara para a escolha de seu novo Defensor Público-Geral. O mandato do atual Defensor Público-Geral está se encerrando, e, de acordo com a legislação estadual, o processo de escolha deve ser iniciado. Diversos Defensores Públicos manifestam interesse em concorrer ao cargo.

Considerando as disposições legais que regem a escolha e o mandato do Defensor Público-Geral, assinale a alternativa correta:

- a) O Defensor Público-Geral será escolhido pelo Governador do Estado, dentre os integrantes do quadro ativo da carreira, maiores de 35 anos e com pelo menos 5 anos de efetivo exercício na Defensoria Pública, mediante indicação da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior da Defensoria.
- b) O mandato do Defensor Público-Geral será de 4 anos, permitida uma recondução, sendo que a sua destituição somente poderá ocorrer por decisão judicial, em caso de condenação por crime doloso.
- c) A lista tríplice para a escolha do Defensor Público-Geral será composta pelos três Defensores Públicos mais votados em eleição realizada para essa finalidade, mediante voto direto e aberto de todos os membros do quadro ativo da carreira, e deverá ser encaminhada ao Governador do Estado, que terá a prerrogativa de escolher um dos integrantes da lista.
- d) O Defensor Público-Geral poderá ser destituído pelo Governador do Estado, a qualquer tempo, por ato discricionário, desde que a decisão seja motivada e publicada no Diário Oficial do Estado.

- e) O Defensor Público-Geral será escolhido pelo Governador do Estado, dentre os integrantes do quadro ativo da carreira, maiores de 35 anos e com pelo menos 8 anos de efetivo exercício na Defensoria Pública, mediante indicação em lista tríplice resultante de eleição realizada entre os membros da carreira.

**84.** O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo é um órgão colegiado fundamental para a gestão e o bom funcionamento da instituição. Sua composição, prevista em lei, busca garantir a representatividade de diversos segmentos da Defensoria e da sociedade.

Considerando o disposto na Lei Orgânica da Defensoria Pública, que trata da composição do Conselho Superior, assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é integrado exclusivamente por membros natos, quais sejam, o Defensor Público-Geral, o Segundo e Terceiro Subdefensores Públicos-Gerais e o Defensor Público Corregedor-Geral.
- b) O Ouvidor-Geral da Defensoria Pública, embora seja um importante canal de comunicação entre a instituição e a sociedade, não integra o Conselho Superior, por não ser membro da carreira de Defensor Público.
- c) Além dos membros natos, o Conselho Superior é composto por representantes eleitos dos Núcleos Especializados, das Defensorias Regionais e da Defensoria situada na Capital, garantindo a representação das diversas áreas de atuação da Defensoria.
- d) Os representantes dos Núcleos Especializados, das Defensorias Regionais e da Defensoria situada na Capital são indicados pelo Defensor Público-Geral, que busca garantir a representatividade de todas as áreas de atuação da Defensoria no Conselho Superior.
- e) A composição do Conselho Superior da Defensoria Pública, por ser definida em lei, não pode ser alterada, mesmo que haja necessidade de

adequação à nova realidade da instituição ou da sociedade.

**85.** Quais das garantias abaixo são asseguradas aos membros da Defensoria Pública do Estado conforme a Lei Orgânica?

- a) Apenas a independência funcional e a irredutibilidade de vencimentos.
- b) Independência funcional, inamovibilidade (ressalvada a remoção compulsória), irredutibilidade de vencimentos e estabilidade.
- c) Apenas independência funcional, inamovibilidade e estabilidade.
- d) Apenas inamovibilidade e estabilidade.
- e) Apenas independência funcional e inamovibilidade.

**86.** Conforme a Lei Complementar n. 1.050/2008, assinale a alternativa correta:

- a) Classe é o conjunto de cargos de diferentes denominações dentro de uma mesma carreira.
- b) Referência é o nível hierárquico do servidor dentro da estrutura da administração pública.
- c) Progressão consiste na mudança do servidor para uma classe superior dentro da mesma carreira.
- d) Promoção ocorre quando o servidor avança dentro da mesma referência, passando de um grau para outro superior.
- e) Padrão é o conjunto formado por referência e grau.

**87.** Com base na Lei Complementar n. 1.050/2008, assinale a alternativa correta sobre a estruturação das classes e escalas de vencimentos dos cargos da Defensoria Pública:

- a) O cargo de Oficial de Defensoria Pública possui 3 referências e 6 graus, sendo enquadrado na Escala de Vencimentos - Intermediária.
- b) O cargo de Agente de Defensoria Pública possui 2 referências e 5 graus, sendo enquadrado na Escala de Vencimentos - Superior.

c) O cargo de Analista de Defensoria Pública possui 2 referências e 6 graus, sendo enquadrado na Escala de Vencimentos - Superior Jurídico.

d) O cargo de Agente de Defensoria Pública possui 3 referências e 6 graus, sendo enquadrado na Escala de Vencimentos - Intermediária.

e) O cargo de Analista de Defensoria Pública possui 2 referências e 5 graus, sendo enquadrado na Escala de Vencimentos - Superior Jurídico

**88.** Com base na Lei Complementar n. 1.050/2008, assinale a alternativa que contém apenas critérios corretos utilizados para a avaliação especial de desempenho no estágio probatório:

- a) Assiduidade, disciplina, capacidade de liderança, produtividade e responsabilidade.
- b) Disciplina, assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
- c) Assiduidade, proatividade, disciplina, produtividade e comprometimento.
- d) Responsabilidade, produtividade, assiduidade, eficiência e pontualidade.
- e) Capacidade de iniciativa, assiduidade, hierarquia, produtividade e disciplina.

## Discursiva 1

Após amplos debates, o Presidente da República, há poucos meses, assinou tratado internacional que limitava as hipóteses de prisão preventiva, decretada, como se sabe, antes que se tenha certeza a respeito da autoria do crime, e estabelecia diretrizes para o sistema prisional.

Alguns desses comandos colidiam com normas extraídas do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, ampliando o alcance da proteção ali prevista, de modo a trazer grande benefício aos usuários dos serviços judiciários. O tratado foi aprovado, em dois turnos de votação, pela unanimidade dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional, sendo promulgado na ordem jurídica interna.

A aplicação de um dos comandos do tratado foi invocada em processo que se encontrava perante uma Turma do Tribunal Regional Federal competente, que demonstraria a ilicitude de ato que contara com o concurso de oficial de justiça no exercício da função. Na ocasião, a União, que figurava no polo passivo, arguiu a inconstitucionalidade do referido comando. A turma, ao se pronunciar, decidiu simplesmente não aplicar o comando do tratado ao caso concreto, entendendo que os efeitos decorrentes de sua aplicação não seriam razoáveis.

À luz das informações fornecidas e dos aspectos jurídicos relevantes, responda os seguintes pontos:

- a) Qual a natureza jurídica do tratado?
- b) O comando do referido tratado internacional, em razão de sua natureza jurídica, poderia ser objeto de controle difuso de constitucionalidade pelos tribunais?
- c) A Turma do Tribunal Regional Federal agiu corretamente? Justifique.

Resposta em até 30 linhas.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 2

Em contratação de obra pública, o contratado comprometeu-se a cumprir o cronograma físico-financeiro de 24 (vinte e quatro) meses de execução da obra, de acordo com as regras pré-estabelecidas no Edital. O contrato vigeria por 30 (trinta) meses.

No curso da execução, observou-se substancial atraso no cronograma físico-financeiro por culpa do contratado, o que causou danos e ocasionou a decisão da Administração Pública de extinção contratual por inadimplemento, de forma unilateral.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, responda:

- a)** em qual(is) hipótese(s) é(são) permitida(s) a extinção unilateral de um contrato administrativo firmado pela Administração Pública, de acordo com o caso concreto relatado na questão?
- b)** quais são as consequências jurídicas para a empresa que teve seu contrato extinto?
- c)** quais são as providências que a Administração Pública deve adotar, com relação aos prejuízos causados, após a extinção do contrato firmado?
- d)** quais são as opções da Administração Pública para dar continuidade à obra, após a extinção do contrato firmado?

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 3

Ricardo é servidor público. Insatisfeito com o rendimento de seu computador próprio, Ricardo resolve subtrair um computador pertencente a um particular, mas que se encontrava acautelado no Órgão público em que labora, fruto de uma apreensão realizada meses antes.

Como Ricardo não tinha acesso livre ao local em que estava o computador, aguardou o anoitecer e dirigiu-se até a sede do referido Órgão, juntamente com Lucas, seu primo, a quem solicitou ajuda para a empreitada criminosa. Lucas conhecia a condição pessoal de Ricardo.

Enquanto Lucas espera no carro, Ricardo se dirige à recepção do Órgão, oportunidade na qual se identifica e informa que esqueceu um pen-drive em sua sala, e tem o acesso liberado pelo vigilante. Uma vez dentro do prédio, Ricardo efetivamente subtrai o computador e o coloca na mochila, saindo pela porta da frente e indo embora juntamente com Lucas.

Uma semana depois, com medo de ser pego e perder o computador, Ricardo procura Júlio, seu irmão, e pede a ele para ficar com o computador por um tempo, até a “poeira baixar”. Júlio, irmão muito bondoso, aceita a proposta.

Três dias depois, Ricardo retorna e pega o computador com Júlio. Arrependido, Ricardo devolve o bem à repartição, sem que ninguém perceba.

Diante dos fatos narrados, responda de maneira fundamentada:

- a) Qual a responsabilidade penal de Ricardo, Lucas e Júlio? Há concurso de agentes na hipótese?
- b) Pela restituição da coisa, é cabível a extinção da punibilidade ou algum mecanismo de redução da pena?
- c) Aplica-se alguma causa pessoal de isenção de pena em relação a Júlio?

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Folha de Resposta**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## Discursiva 4

A sociedade empresária Edison Instalações celebrou contrato de prestação de serviços com o Shopping Andrade e Nascimento. No referido contrato, restou acordado que a sociedade empresária instalaria um sistema de refrigeração no shopping e, em contraprestação, este efetuará certo pagamento.

Uma vez cumprido o serviço, contudo, o Shopping Andrade e Nascimento se recusou a efetuar o pagamento à sociedade empresária, sob o fundamento de falta de recursos e corte de despesas.

Por essa razão, Edison Instalações ajuizou ação de cobrança em face do shopping, tendo seu pedido sido julgado procedente, para condenar o shopping a pagar. Na ocasião, a sentença também consignou que o Código de Defesa do Consumidor não se aplicava ao caso concreto, pois a relação travada entre as partes não era de consumo. Em sede de apelação, o Tribunal manteve os termos da sentença e, não interposto recurso por ambas as partes, o acórdão proferido transitou em julgado.

Uma vez instaurado cumprimento de sentença pela sociedade empresária Edison Instalações, nenhum bem do shopping foi encontrado para arcar com a dívida.

Em recente diligência extrajudicial, contudo, a referida sociedade descobriu que o Shopping Andrade e Nascimento faz parte de um grupo econômico formado por diversos shoppings. Além disso, também se apurou que inexistiu separação de fato entre os patrimônios dos shoppings pertencentes ao grupo.

Nessa situação hipotética, responda os itens a seguir.

- a) A sociedade empresária Edison Instalações pode fazer uso de algum instituto jurídico do Direito Civil para atingir os bens dos demais shoppings pertencentes ao grupo econômico? Justifique.
- b) Qual medida processual cabível pode ser adotada pela sociedade empresária Edison Instalações para atingir os bens dos demais shoppings pertencentes ao grupo econômico? Justifique.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---